



SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter | Edição 1
Ano 1
Janeiro

19/01/2017

Jornal do Commercio

Labor Omnia Vincit

VEJA OS CADERNOS ▾ ACERVO DIGITAL PONTO DE PARTIDA ECONOMIA ÍNDICES

Prefeitura investe na desburocratização

Manaus será a primeira capital do país a receber a rede Slim (Sistema de Licenciamento Integrado Municipal). O sistema facilitará o processo de abertura de empresas a partir da expedição de alvará e licenças, além de dar celeridade a questões burocráticas que poderão ser resolvidas eletronicamente em até 30 minutos, por exemplo. O software reunirá informações e serviços das secretarias municipais envolvidas no processo de abertura de empresas. A previsão, é que o sistema seja lançado até o mês de junho deste ano.

De acordo com o subsecretário de gestão e planejamento da Semef (Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno), Auri Gusmão, a construção do Slim acontece de forma integrada à REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), sistema administrado pela Jucea (Junta Comercial do Estado do Amazonas). O Slim é um projeto iniciado pela Semef, com alcance junto aos órgãos licenciadores da Prefeitura, como o Implurb (Instituto Municipal de Planejamento Urbano), a Semmas (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade) e Visa Manaus. Segundo Gusmão, a proposta do sistema é desburocratizar o processo de legalização de um empreendimento com a concessão de alvará e licenciamentos.

Ele explica que todo o processo será feito por meio do sistema sem necessidade de o empreendedor se deslocar a qualquer órgão demandado.



Hoje, um cidadão que precisar emitir um alvará para a abertura de uma empresa classificada como de baixo risco, consegue o documento em até 30 minutos por meio da REDESIM. Gusmão informa que em 2016 a Semef concedeu 2.359 alvarás de forma eletrônica. Por outro lado, a plataforma Slim atenderá aos empreendimentos classificados como de alto risco. O tempo de expedição do alvará para essas empresas, atualmente, é de até 1,5mil dias. A partir do lançamento do novo sistema o alvará poderá ser expedido em até 30 dias.

"Esse projeto vem atender a uma demanda histórica na cidade que é o problema do licenciamento e de concessões de alvarás. O Slim reúne todos os órgãos envolvidos de forma informatizada. A ideia é desburocratizar e facilitar a vida do cidadão que deseja legalizar seu empreendimento. Todas as demandas serão resolvidas eletronicamente sem a necessidade de a pessoa se dirigir a qualquer órgão", disse.



SINDUSCON-AM

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter

Edição 1
Ano 1
Janeiro

BLOG DA FLORESTA

O que acontece no Amazonas passa por aqui.

Prazo para entrega da RAIS 2016 abre amanhã (17)



Abre nesta terça-feira (17) o prazo para entrega da declaração da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2016. O preenchimento e envio desse documento é obrigatório a todas as pessoas jurídicas que estavam com CNPJ ativo na Receita Federal no ano passado, com ou sem empregados, e a todos os estabelecimentos com Cadastro de Empresa Individual (CEI) que possuem funcionários. Microempreendedores Individuais (MEI) só precisam declarar a RAIS se tiverem empregados. O prazo final é 17 de março.

A RAIS é a fonte de informação mais completa sobre empregadores e trabalhadores formais no Brasil. Nela constam dados como o número de empresas, em que municípios estão localizadas, o ramo de atividade e a quantidade de empregados. Ela também informa quem são os trabalhadores brasileiros, em que ocupações estão, quanto ganham e qual o tipo de vínculo que possuem com as empresas – se são contratados por tempo indeterminado, temporários, servidores públicos ou estão ocupando cargos comissionados.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, lembra que, além de uma estatística importante, a RAIS é fundamental para os trabalhadores. “O governo usa os dados da RAIS na elaboração de políticas públicas de emprego e também para pagar o Abono Salarial aos trabalhadores, portanto é imprescindível que as pessoas entreguem sua declaração dentro do prazo previsto”, enfatiza.

Quem não entregar a declaração da Relação Anual de Informações Sociais no prazo estabelecido ou fornecer informações incorretas pagará multa (http://rais.gov.br/sitio/como_informar.jsf#penalidade). Os valores variam conforme o tempo de atraso e o número de funcionários e vão de R\$ 425,64 a R\$ 42.641,00.



SINDUSCON-AM

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter

Edição 1
Ano 1
Janeiro

FLAGR@NTE
A REALIDADE DOS FATOS

Notícias

Economia | INTENSIFICANDO A DEMANDA | 18/01/2017 | 17:15 | Por: Portal Flagrante

Fieam criará indicadores sobre exportações no Estado

Com a finalidade de abrir novos mercados para inserir as empresas amazonenses no comércio exterior, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), por meio do Centro Internacional de Negócios do Amazonas (CIN-AM), vai realizar, este ano, estudos de Inteligência Comercial para intensificar a demanda de produtos da Zona Franca de Manaus.

Por meio do CIN-AM, os estudos oferecerão ao empresariado local, indicadores, estatísticas de importação e exportação, principais países exportadores e países importadores, bem como as barreiras tarifárias e não tarifárias.

De acordo com gerente do CIN-AM, Marcelo Lima, os estudos de Inteligência Comercial serão disponibilizados às Micros, Pequenas, Médias e Grandes empresas amazonenses, como uma ferramenta de apoio às exportações.

“A partir desses estudos para cada setor, nós iremos apresentar aos sindicatos e se houver interesse nós apoiaremos os empresários por meio da viabilização de contato com empresas importadoras e na participação de missões e eventos em outros países”, explicou Lima.

Setores

O primeiro setor a ser realizado o estudo de inteligência comercial será o de alimentos e bebidas, em seguida o de cosméticos e por terceiro o de eletroeletrônicos, além do polo de duas rodas.

A partir do mês de março, o CIN-AM dará continuidade aos programas de capacitação, dentro do Plano de Ação com a realização e participação em missões e feiras, voltadas para empresários interessados na internacionalização.

O CIN-AM, em 2017, também, intensificará as ações de atração de investimentos, cujo objetivo é atrair novos investidores apresentando a eles as oportunidades de negócios que o estado oferece.

Marcelo Lima explicou, ainda, que o CIN-AM buscará atrair esses investidores focando a participação deles, inclusive na ‘Feira Internacional da Amazônia’, que deverá ser realizada no início de novembro.

“A maioria dos empresários desconhece o mercado internacional e nós intensificaremos o acesso a esse mercado por meio desses estudos. Trabalharemos para atrair os investidores para o Amazonas, mostrando a eles o que o Estado tem de melhor, ao mesmo tempo que vamos preparar o empresariado local”, concluiu o gerente.



SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter | Edição 1
Ano 1
Janeiro

FNE
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS ENGENHEIROS

Filiada à



Instituições pedem participação de brasileiras em licitação da Petrobras



A Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL) e a federação das indústrias (Fiea) e o sindicato da indústria e construção civil (Sinduscon-AL) e o Clube de Engenharia convocaram a imprensa para tratar das informações sobre processo licitatório onde a Petrobras convidou apenas empresas internacionais. Segundo o deputado federal Ronaldo Lessa (PDT), a Petrobras informou que empresas brasileiras só poderão entrar no processo se for consorciada com uma estrangeira. "Uma firma brasileira tem que ficar de joelhos para uma firma internacional para poder entrar no seu próprio país e trabalhar para o Brasil, esse é um precedente perigoso politicamente e antinacionalista", disse o parlamentar.

O presidente do Sinduscon, Alfredo Brêda, diz que a categoria está preocupada, mas acredita que a situação poderá ser revertida em Brasília devido ao posicionamento do deputado Ronaldo Lessa. "Haverá evasão de divisas, porque o que for produzido no Brasil será enviado para fora. Só para se ter uma ideia, das 30 empresas convidadas, nove sequer têm um escritório no país", explicou o dirigente empresarial. E Lessa criticou o que ele define como "uma política antinacionalista" que restringe a participação de empresas brasileiras.

Lessa afirmou que irá à Brasília juntamente com outras entidades para tomar os procedimentos necessários e reverter decisão da Petrobras. "Em Brasília vamos ao Ministro da Indústria e Comércio, vamos a presidente da Petrobras se for o caso. Vamos com a Câmara Brasileira da Indústria e da Construção que representa os empresários, o Confea que representa legalmente os engenheiros e os Clubes que representam como um todo os profissionais da área de engenharia. Eles devem nos acompanhar nas audiências que forem necessárias para que a gente possa solucionar isso em Brasília", finalizou.



SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter

Edição 1
Ano 1
Janeiro

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

QUINTA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2017 ☰ 8:47

mercado

Governo estuda elevar valor de imóvel do Minha Casa, Minha Vida

O governo tenta fechar com as construtoras nas próximas semanas um pacote de estímulo ao setor que envolva o aumento do teto do valor dos imóveis que podem ser enquadrados no programa Minha Casa, Minha Vida, novas regras para multas no caso de desistência pelo comprador e melhoria nas fontes de financiamento das incorporadoras.

Obs.: Matéria completa exclusiva para assinantes

indicadores

Cotação dos índices econômicos

BOVESPA	+0,04%	64,179	(10h21)
DOLAR COM.	+0,09%	R\$ 3,2220	(10h20)
EURO	+0,00%	R\$ 3,44240	(10h00)
Atualizado em 19/01/2017			Fonte: CMA



SINDUSCON-AM

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

newsletter

Edição 1
Ano 1
Janeiro

EMTEMPO

Manaus, quinta-feira, 19 de janeiro de 2017

A3

Edição: Alípio Figueiras
Email: opinio@emtempo.com.br
Telefone: (92) 3090-1013

OPINIÃO

CONTEXTO

EMERSON QUEIREZA | EMERSONQUEIREZA@EMTEMPO.COM.BR | QUEIREZAJEMERSON@GMAIL.COM | 92-3090-1017



Primeiro os ajustes no sistema atual

Antes do projeto e da grande obra de implantação do BRT, o vice-prefeito de Manaus, Marcos Rotta (PMDB), recebeu do prefeito Arthur Neto (PSDB) a missão de ajustar o atual cenário de crise do sistema de transporte coletivo da cidade, como prefeito em exercício, pela segunda vez no ano. Escolhido para comandar o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana - que ainda passará por apreciação no Legislativo municipal -, o peemedebista seria o principal membro da comitiva do prefeito na missão Bogotá-Medellin, onde conheceriam de perto os sistemas de transporte BRT e VLT, avaliados como os melhores e mais modernos do mundo.



POLÍTICA

| SEGURANÇA | PLANO NACIONAL |

Melo pede a Temer Forças Armadas nas fronteiras

Reunião com o presidente da República aconteceu na tarde de ontem, no Palácio do Planalto, em Brasília, onde o governador do Amazonas foi o porta-voz dos demais gestores das regiões Norte e Centro-Oeste

Porta-voz dos governadores do Norte e região Centro-Oeste na reunião com o presidente Michel Temer, ontem à tarde (18), em Brasília, o governador José Melo (Pros) cobrou mais apoio da União no combate ao crime organizado e na proteção das fronteiras e defendeu que as Forças Armadas sejam empregadas para combater a entrada de drogas.

"Pela primeira vez, o governo federal deverá, junto com os Estados, combater o tráfico de drogas nas fronteiras e nas áreas urbanas. Isso será fundamental porque hoje os governos estaduais enfrentam na ponta os reflexos do problema das drogas, que está na origem da maioria das ocorrências de violência e das prisões que superlotam as unidades carcerárias. O governo federal acatou o pleito com recursos e o aparelhamento das forças", disse o governador, ressaltando que houve o compromisso de Temer de avaliar apoio aos Estados no custeio das unidades prisionais.

Melo liderou a comitiva dos governadores dos Estados do Norte, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ao Palácio do Planalto e falou diretamente ao presidente durante a reunião convocada para debater



Presidente Michel Temer se reuniu com governadores das regiões Norte e Centro-Oeste, ontem à tarde, em Brasília

| continuação

o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado no início do mês pelo Ministério da Justiça. Ele apresentou uma carta com as sugestões dos governadores para equacionar os problemas do sistema de segurança pública e do sistema prisional e propôs um Pacto Nacional para enfrentar o crime organizado.

No documento entregue a Michel Temer, os governadores apresentaram quatro

grandes propostas. A principal defesa é pela atuação das Forças Armadas na fiscalização das fronteiras, evitando a entrada de drogas, armas e contrabando. Pedem, ainda, que os repasses dos fundos já existentes no sistema prisional e de segurança pública passem a ser regulares, a exemplo dos repasses do Fundeb. No reforço da segurança nos presídios, eles propõem uma mudança na legis-

lação da telefonia móvel que proíba a instalação de torres perto de unidades prisionais.

A discussão entre os governadores e o presidente, que iniciou pela manhã, antecede a assinatura da adesão ao Plano Nacional de Segurança Pública. No campo Judiciário, o pedido dos chefes dos poderes executivos é que os mutirões jurídicos sejam constantes e que haja uma ampliação

nas audiências de custódia, o que pode reduzir o número de presos provisórios que lotam as penitenciárias. No Amazonas, dos 10 mil detentos, 54% são provisórios.

Outro ponto que consta no documento produzido pelos governadores é a construção de novos presídios. Para isso, eles pedem mudanças nas regras para dar maior flexibilidade e agilidade na construção de novos projetos.



Crise no sistema prisional >

Estado do Amazonas foi um dos primeiros a aderir ao Plano Nacional de Segurança Pública, que prevê medidas para devolver ao Poder Público o controle de fato dos presídios brasileiros, tornando o sistema penitenciário mais eficiente.



Fronteiras

Os governadores pediram ao presidente Michel Temer o imediato fechamento das fronteiras com países produtores de drogas.

1000 soldados

das Forças Armadas serão disponibilizados para ajudar na vistoria de presídios.

AM no pacto federativo pela segurança pública

BRASÍLIA (SUCURSAL) - Os nove governadores da Amazônia e de dois estados da Região Centro-Oeste assinaram ontem um Termo de Compromisso com a União onde estabeleceram um pacto federativo pela Segurança Pública para integração, colaboração e cooperação na busca dos objetivos do Plano Nacional de Segurança (PNS). No ato, o presidente da República, Michel Temer, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e os chefes do Poder Executivo do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os chefes do Poder Executivo do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul comprometeram-se a agir na redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher. Racionalização e modernização do sistema penitenciário e o combate integrado à criminalidade organizada transnacional, em especial aos tráficos de drogas e armas.

Eles foram os primeiros governadores a assinar o Plano Nacional de Segurança, proposto pelo governo Temer na semana passada, como resposta à crise na segurança pública especialmente nos presídios brasileiros. Desde os primeiros dias de janeiro de 2017, rebeliões nos estados do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte produziram fugas em massa e mortes de 120 presos.

Os governadores também apresentaram ao presidente Temer um pedido conjunto para que as Forças Armadas atuem na inspeção dos presídios à procura de drogas, armas, celulares e túneis no interior das celas. O decreto, disponibilizando os militares para ajudar na inspeção dos presídios brasileiros foi assinado na última terça-feira (17).

CONDICIONANTES

Para assinar o Termo de Compromisso e, conseqüentemente o PNS, os governadores do Norte e do Centro-Oeste apresentaram ao presidente da República uma

>> Mutirão judicial

Também consta da carta de intenções dos governadores um grande "ajur" (reunião) entre os Tribunais de Justiça. Ministério Público, Defensoria Pública e os governos estaduais para fazer um grande mutirão e retirar do sistema prisional presos por não pagamento pensão alimentícia ou por crimes menores e que estão junto a outros de maior periculosidade. Esses presos seriam monitorados com tomoeleira eletrônica.

"carta de intenções" na qual pedem o fechamento imediato das fronteiras com a participação das Forças Armadas. Nessas regiões fronteiriças que vão do Amazonas ao Mato Grosso estão os países que produzem 93% da cocaína consumida no mundo.

Também sugerem a aplicação da Lei Complementar 97/99 que dá poder de polícia às Forças Armadas, mas não aponta os recursos para atuação. "É preciso que haja a liberação de recursos financeiros para a compra de equipamentos a fim de que o Exército, a Marinha e Aeronáutica possam executar esse trabalho importante e evitem que as drogas saiam do Peru, Colômbia, Bolívia e Paraguai", explicou o governador do Amazonas José Melo.

Os governadores também consideram fundamental que o governo federal crie mecanismos financeiros para ajudar na manutenção do sistema prisional, que fica hoje nos ombros dos governadores que estão todos sem recursos para mantê-lo. Seria algo parecido como acontece com o SUS e o Fundeb. Aos fundos de Segurança Pública e Penitenciário seriam alocados mais recursos e direcioná-los aos estados fundo a fundo "porque o acontece hoje é que os recursos desses dois fundos vão todos para a União e o governo libera se quiser", afirma o governador amazonense. Segundo Melo, nos últimos quatro anos, o governo contingenciou (suspendeu liberação) cerca de R\$ 3 bilhões do Fundo Penitenciário.



Os governadores pediram ao presidente Temer o fechamento imediato das fronteiras com a participação das Forças Armadas para cortar o fluxo das drogas

Diárias extras a policiais de folga

O Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, anunciou ontem que a presença dos mil integrantes das Forças Armadas no interior dos presídios, para fazer a inspeção à procura de drogas, armas e celulares vai começar na segunda quinzena de fevereiro pelos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe e nos nove estados da Região Norte, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além dos homens do Exército e da Força Nacional, o Ministério da Justiça se comprometeu a pagar diárias extras aos policiais dos estados que estiverem de folga e, voluntariamente, decidirem participar da força-tarefa no combate à violência dentro e fora dos presídios.

O valor das diárias, que virá

do orçamento do Ministério da Justiça, será determinado pelos governos estaduais e será disponibilizado durante todo o ano de 2017. Moraes também reiterou que o Plano Nacional de Segurança já começou a ser executado e citou a integração dos núcleos de inteligência das polícias para pensar e atuar contra o crime organizado. Sobre a presença das Forças Armadas nas fronteiras, o ministro disse que esse é um papel constitucional da União que vem sendo realizado e que neste momento será intensificado. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, iniciou visitas nos batalhões de fronteira no município de Tabatinga (AM) e depois segue para Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Desenvolvimento sustentável

Outra proposta contida na "carta de intenções" dos governadores da Amazônia e do Centro-Oeste é conseguir recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para executar um megaprojeto na Amazônia para criar atividades e mecanismos econômicos e gerar empregos para dar à população vulnerável, especialmente os jovens. "Construir presídios para evitar o amontoado nas celas não resolve. É preciso haver uma política de ressocialização efetiva. No Amazonas, por exemplo, vamos construir, com recursos próprios, uma penitenciária agrícola. Nela serão criadas sete oficinas de mecânica, hidráulica, elétricas; vão

aprender a criar peixes, produzir frutas e após a venda desses produtos, as famílias serão beneficiadas com os recursos. E após deixarem a prisão, cumpridas as suas penas, a Afeam, órgão de fomento no Amazonas, vai financiar os tanques para criação de peixes e a construção das oficinas", explica o governador José Melo.

Na opinião dele, são três os lados que precisam ser atacados para contornar essa crise no sistema penitenciário: evitar que as drogas entrem no Brasil com o controle das fronteiras; criar política de ressocialização adequada aos presos e uma macropolítica de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.